

Funai proíbe acesso a área indígena no Espírito Santo

Objetivo, segundo presidente da fundação, é barrar foco de resistência política ao governo

SANDRA SATO
e ELIANE AZEVEDO

BRASÍLIA – O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) baixou portaria ontem proibindo a entrada de pessoas estranhas em terras dos índios tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo. Segundo o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, a medida pretende barrar a formação de um foco de resistência política contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Sullivan afirmou que por trás da questão indígena estaria “escondida uma tática política para atacar o governo federal”.

Há duas semanas, tupiniquins e guaranis invadiram uma área pertencente à Aracruz Celulose, com o objetivo de ampliar o tamanho de suas reservas. Segundo o presidente da Funai, a portaria possibilitou a retirada “daqueles que estavam atrapalhando a negociação entre os índios e a Aracruz”. Silvestre disse que há 60 policiais federais na área, para evitar a entrada de estranhos. “Havia nas aldeias 96 sem-terra, representantes do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos sindicatos de construção civil e até de alimentação”, disse Sullivan. “O que essa gente toda tem a ver com os índios?”

Ontem, o ministro da Justiça, Íris Resende, não atendeu ao pedido feito pelo governador do Espírito Santo, Vítor Buaiz (PV),

de retirar a Polícia Federal da área. “Enquanto a Funai considerar necessário, a PF vai continuar ali”, afirmou o ministro, após conversar com Buaiz, no Rio, durante a reunião do Conselho de Segurança Pública da Região Sudeste (Condeste). Buaiz havia pedido ao ministro que a polícia fosse retirada ou, pelo menos, que sua presença não impedisse o acesso de outras pessoas ao local. “Não queremos PF cercando a liberdade dos índios”, afirmou o governador.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, irritou-se com a portaria da Funai. “Mais do que uma arbitrariedade com os aliados dos povos indígenas, é uma afronta aos tupiniquins e guaranis, mobilizados pela demarcação de suas terras.” Com a portaria, para entrar nas aldeias as pessoas preci-

sam de autorização expressa do presidente da Funai. “A primeira-dama, dona Ruth Cardoso, pediu autorização para visitar a área ianomâmi. Por que os outros querem ser diferentes?”, reagiu Silvestre, res-

MINISTRO
VAI MANTER PF
NA ÁREA DA
ARACRUZ

saltando que a regra já consta do Estatuto do Índio.

Ontem, no Ministério da Justiça, Silvestre, lideranças da área em conflito e representantes da Aracruz tiveram uma reunião que não foi conclusiva, mas que abriu as negociações. A empresa ofereceu R\$ 4 milhões e assistência técnica, além de um programa em que se compromete a comprar o eucalipto plantado na área indígena. Em compensação, os índios teriam que se contentar com os 2.571 hectares que ganharam em março e desistir de brigar por mais 10 mil hectares.